



*Luís Todo Bom*

02 de Setembro de 2020 às 19:18

COLUNISTAS LUÍS TODO BOM

# Fazer as empresas portuguesas crescer

Os investidores estrangeiros não encontram parceiros nacionais credíveis, que permitam uma redução do risco do seu investimento, nem um “cluster” robusto de empresas complementares, que melhorem o posicionamento competitivo das suas unidades.

O crescimento das empresas portuguesas, com o objectivo de atingirem uma massa crítica, que lhes permita competir no mercado global, devia ser um desígnio nacional.

Só com empresas nacionais de maior dimensão será possível enquadrar os nossos melhores engenheiros e gestores, estancando a actual sangria para os países do Norte da Europa; incorporar mais recursos do conhecimento, nas nossas unidades produtivas; pagar melhores salários aos colaboradores qualificados; melhorar a qualidade de vida dos nossos jovens.

As empresas portuguesas, para além da sua pequena dimensão e reduzida capacidade tecnológica e de gestão, apresentam uma grande dispersão, em todos os sectores, em que raramente se verifica a existência de uma grande unidade, líder sectorial, que possa, por efeito de arrastamento, promover a melhoria global de todo o sector.

O tipo de crescimento privilegiado pelas nossas empresas é o crescimento orgânico, lento, limitado e que não produz alterações significativas no ordenamento do nosso tecido empresarial.

A solução passa por um incremento significativo de fusões e aquisições, criando, com rapidez, empresas de maior dimensão e mais capacitadas para recrutarem gestores e engenheiros, bem remunerados, que façam a diferença, no processo competitivo global.

Mas, este movimento não ocorrerá sem incentivos claros, que motivem os empresários para deixarem a sua zona actual de conforto e de desconfiança dos poderes públicos.

Só será possível promover a alteração da actual situação, de aversão a crescimentos rápidos, por parte dos empresários portugueses, com garantia de estabilidade das leis fiscais e laborais, criando um clima amigável da iniciativa e do investimento privado.

A partir deste quadro de referência, estável, é necessário criar um sistema de incentivos, robusto, de apoio aos processos de fusão e aquisição de empresas, no âmbito fiscal, financeiro, de apoio à investigação e ao desenvolvimento e à formação de quadros qualificados.

Não se vislumbra nenhum movimento nesse sentido.

Contrariamente ao que se pensa, a actual configuração das empresas nacionais, pequenas, descapitalizadas e tecnologicamente pouco evoluídas, também não favorece a atracção de investimento estrangeiro, única via para o nosso crescimento, no futuro próximo, face ao nível de endividamento da nossa economia.

Os investidores estrangeiros não encontram parceiros nacionais credíveis, que permitam uma redução do risco do seu investimento, nem um “cluster” robusto de empresas complementares, que melhorem o posicionamento competitivo das suas unidades.

Não encontram empresas portuguesas, com balanços robustos, modelos organizativos modernos, inovadoras, com conhecimento dos mercados e competências tecnológicas, com quem possam construir alianças estratégicas duradouras e competitivas.

Portugal continuará, assim, o seu processo de atraso sistemático em relação aos restantes países europeus.

Já falta pouco para sermos o último da tabela.